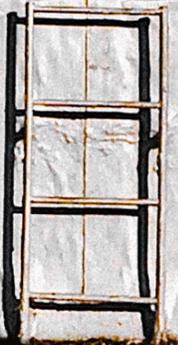
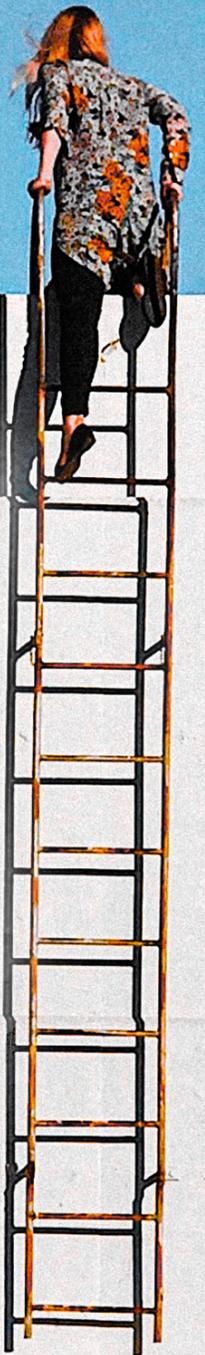


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

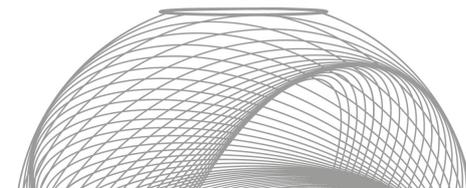
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....130

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia

Eleitoral.....147

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das

Ações em um Contexto de Emergência.....174

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o

Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-

Americanos215

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da

Geografia Política.....230

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da

Funcionalidade.....254

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um

Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE II

DIVERSIDADE

TEMÁTICA

REGIONALIZAÇÃO COMO GESTÃO DO TERRITÓRIO: PELO RETORNO DA FUNCIONALIDADE⁶⁵

José Donizete Cazzolato
Centro de Estudos da Metrópole, São Paulo
donizete@donizetegeografo.com.br

Introdução

Os questionamentos e a proposta aqui apresentados retomam as argumentações reunidas em “As Regiões Brasileiras pós-Tocantins: ensaio para um novo arranjo”, trabalho acolhido em dois eventos acadêmicos de 2007: XI ENANPUR, em Belém, e VII ENANPEGE, em Niterói. Nele propusemos rever a divisão macrorregional do país (estabelecida pelo IBGE), oferecendo duas alternativas: a transferência do Estado do Tocantins para o Centro-Oeste, mantendo-se a conformação anterior, ou a transferência do Maranhão para o Norte com a simultânea criação da região Noroeste.

A segunda opção, de alteração efetiva do arranjo macrorregional (com mudanças no desenho do Nordeste e Norte e a inserção de nova unidade – a sexta região) na época foi objeto de matéria jornalística de nível nacional⁶⁶, com razoável repercussão na Internet. Mas o texto não foi publicado na forma convencional, apenas registrado nos anais dos eventos em que foi apresentado.

Este texto inicia com uma resenha dos dois primeiros capítulos do texto original - *A regionalização oficial do Brasil e A criação do Tocantins e a ruptura do modelo vigente*. No tópico seguinte, *Um novo Norte*, retoma as considerações já apresentadas sobre a organização do espaço setentrional do país, onde as recentes conexões permitem identificar, na junção Tocantins-Maranhão-Pará, um nódulo regional praticamente independente da porção ocidental da Amazônia. Finalizando, em *Uma nova divisão macrorregional e Conclusões*, demonstra-se a pertinência e provável eficácia do novo arranjo que se propõe.

Cartograficamente, são três etapas, como se pode ver na Figura 1.

65 Texto publicado em 2020 na revista franco-brasileira CONFINS, edição 46.

66 “O Estado de São Paulo”, 26/08/2007.



Figura 1 – Síntese cartográfica da proposta de 2007 aqui retomada.

Fonte: do próprio autor.

Ressalte-se, de início, que a proposta de reorganização regional aqui defendida tem um nítido caráter reparador. Busca-se, antes de mais nada, recuperar a unidade conceitual que lastreava o conjunto das Grandes Regiões IBGE – descaracterizado em 1988 – e assim garantir a aplicabilidade da trama. Da mesma forma que as estruturas territoriais, as tramas regionais operam como instrumental do planejamento e das ações da gestão pública, embasam a apreensão e análise da realidade que se traduz no espaço e reconhecem as identidades geográficas, rebatendo diretamente no reforço e exercício da cidadania.

A regionalização oficial do Brasil

Faz parte da missão institucional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (alocada no Ministério do Planejamento, e, mais recentemente, ao da Economia) “elaborar divisões regionais do território brasileiro, com a finalidade básica de viabilizar a agregação e a divulgação de dados estatísticos”. Nessa linha, insere-se, entre outras tramas regionais de diferentes níveis escalares, a divisão do país em Grandes Regiões (ou Macrorregiões), que busca “traduzir, ainda que de maneira sintética, os desníveis da organização do território nacional quanto às questões sociais e políticas” (IBGE, 1997, p.1-40).

As primeiras versões da compartimentação regional brasileira na instância supra-estadual são do período 1930/40, quando o IBGE deliberou “sistematizar as várias ‘divisões regionais’ [...] de forma que fosse organizada uma única Divisão Regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras”. Predominava, desde o Século XIX, “a noção de ‘região natural’ na compreensão do espaço geográfico, no momento em que a questão regional ainda se confundia, em grande parte, com as diferenças existentes no quadro natural” (Figueiredo, in IBGE, 2000, p.31).

Nas décadas seguintes, o pensamento geográfico brasileiro passou a priorizar, nas ações de compartimentação regional, as características econômicas, as redes e fluxos, em detrimento do quadro ambiental. Sob esta postura metodológica chegou-se à divisão atual, de 1969 e adotada desde o Censo Demográfico de 1970. Nela surgiu a região Sudeste, como se pode ver na Figura 2.

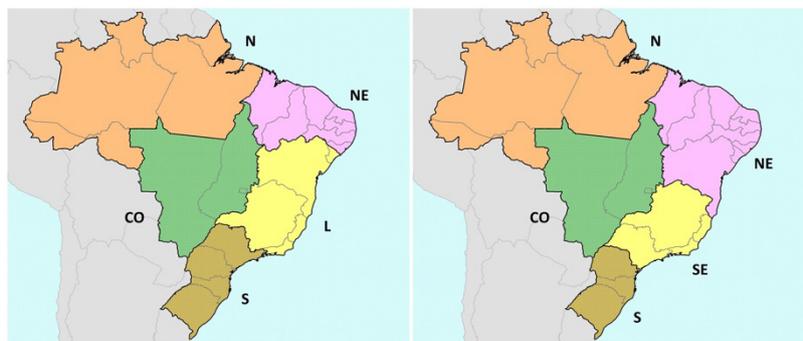


Figura 2 – Grandes Regiões do Brasil (IBGE) em 1969 e em 1970.

Fonte: do próprio autor.

As três macrorregiões atlânticas foram significativamente alteradas com o rearranjo de 1969/70. O Nordeste avançou com a inserção de Sergipe e Bahia, enquanto o Sul recuou com a perda de São Paulo. O Leste desapareceu, substituído pelo Sudeste, que assumiu a condição de região 'core' do país, considerando-se a concentração demográfica, urbana, industrial e de serviços.

Mudanças como esta acolhem a dinâmica da ocupação do espaço, sobre a qual Milton Santos observa que

após a Segunda Guerra Mundial, o interior se urbaniza e a modernidade se difunde, paralelamente aos esforços deliberados para unificar o território e o mercado. A atividade industrial é tornada possível em todas as regiões, assim como a agricultura moderna. As relações inter-regionais tornam-se mais frequentes e significativas, levando a um intercâmbio continuado de mercadorias e pessoas, graças, também, ao desenvolvimento de um turismo interno que aproveita as riquezas naturais e históricas dos diversos lugares (SANTOS, in IBGE, 2000, p.13).

No âmbito do IBGE, assim se dá o acompanhamento das sucessivas alterações espaciais:

o caráter intrínseco da revisão da Divisão Regional do Brasil refere-se a um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas que dizem respeito à totalidade da organização do espaço nacional, referendado no caso brasileiro pela forma desigual como vem se processando o desenvolvimento das forças produtivas em suas interações com o quadro natural (IBGE, 2007, p.50).

Vale destacar, de todo modo, que nessa metodologia estão implícitos alguns critérios consagrados pela Geografia, como a contiguidade territorial das unidades regionais, seu atrelamento aos limites de escala subsequente (Estados) e a busca pelo possível equilíbrio dimensional do conjunto. A alteração mostrada na Figura 2 é clara nesse sentido: mesmo com a significativa alteração, mantém-se a equidade anterior entre as unidades.

No tocante à finalidade, as divisões regionais do IBGE, nas diversas escalas, prestam-se à “elaboração de políticas públicas”, propondo-se “subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subsidiar o planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais” (IBGE, 2007, p.42)

O estabelecimento oficial de polígonos regionais, contudo, em meados do Século XX não se restringia ao IBGE. O caso mais notório envolve a Amazônia e o Nordeste, com o estabelecimento da SUDAM e da SUDENE. Seus contornos, porém, diferiam das Grandes Regiões por conta de sua especificidade, enquanto a trama ibegeana prestava-se a usos mais diversificados. Nesse período, foram muito utilizados termos como *Amazônia Legal*, *Polígono das Secas*, *Área da Sudene*, *Área da Sudam*, reforçando a notoriedade que as Grandes Regiões passaram a ter dado o caráter desenvolvimentista e de *integração nacional* dos governos militares.

Dessa forma, a sociedade brasileira assimilou rapidamente a grande compartimentação regional do IBGE, tanto no meio técnico como na percepção simbólica do espaço nacional. Outras formas de compartimentação, como as citadas acima, permanecem em uso, mas as Grandes Regiões do IBGE tornaram-se hegemônicas. Daí a importância de mantê-las atualizadas, e, por outro lado, o cuidado que se deve ter nessas mesmas ações de ajuste.

A criação do Tocantins e a ruptura do modelo vigente

O ano de 1988 é marcado no Brasil pela finalização dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (instalada em 1987). O novo texto constitucional, em seu Artigo 13 das Disposições Transitórias, cria um novo estado na Federação Brasileira: Tocantins, com a porção norte do território de Goiás. Este fato, em si, não implica diretamente no foco deste trabalho, mas o que determina seu primeiro parágrafo:

Art. 13. **É criado o Estado do Tocantins**, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º - **O Estado do Tocantins integra a Região Norte** e limita-

-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. [grifo nosso]

Foram alteradas, simultaneamente, a trama territorial das Unidades da Federação e a conformação perimétrica das Grandes Regiões do IBGE. Estes fatos, contudo, não tiveram grande repercussão na época na promulgação da nova CF. Mesmo no portal do governo tocantinense, o texto disponibilizado sobre a história do Estado omite sua transferência do Centro-Oeste para o Norte.

Uma das poucas referências sobre essa alteração regional foi dada pelo então governador do Estado, Marcelo de Carvalho Miranda, em entrevista de 2003. Indagado sobre as operações do Banco da Amazônia no estado, assim respondeu: “Sem dúvida. Durante a criação do Estado do Tocantins, o governador **Siqueira Campos teve a sensibilidade de colocá-lo geograficamente na Região Norte**. Esta decisão tem sido fundamental para que possamos nos apossar dos incentivos constitucionais destinados [...] à região” [grifo nosso].

José Wilson de Siqueira Campos, nascido no Ceará, foi deputado goiano nos anos 1980, quando encampou o movimento emancipacionista do Tocantins. Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, tornou-se redator da Subcomissão dos Estados (Comissão da Organização do Estado). Sua atuação na elaboração do referido Artigo 13 das Disposições Transitórias foi decisiva, como confirmam as palavras de Marcelo Miranda e pronunciamentos registrados no Diário da Assembleia Nacional Constituinte. O deputado Chico Umberto (MG), por exemplo, questionou o presidente Ulysses Guimarães logo após a votação e rejeição do dispositivo criando o Estado do Triângulo, alegando que “essa emenda apenas fez a fusão no sentido de não se prejudicar o Estado do Tocantins, para que não fosse submetido a votos”.

Depreende-se, na leitura do Diário da Constituinte, que o processo de criação do Tocantins seguiu um rito diferenciado. Chama também a atenção a evolução do texto do dispositivo legal: na primeira versão, o plebiscito estava no início do texto⁶⁷, não havendo menção à questão regional; a segunda versão excluiu a exigência de plebiscito, inserindo a transferência para a região Norte na forma de aposto⁶⁸, que, na versão final passa a predicado: “O Estado do Tocantins integra a Região Norte [...]”.

Os registros do referido Diário não apresentam quaisquer referências a respeito das macrorregiões do IBGE. Tampouco se tem notícia de estudos ou proposições para as mesmas fora do âmbito legislativo. Nem IBGE, IPEA ou demais entidades técnicas

67 Texto de 01/06/88: “Art. 60. Dentro de cento e vinte dias, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás realizará plebiscito na área descrita no § 1º, resultando o pronunciamento favorável na criação automática do Estado do Tocantins e sua instalação até quarenta e cinco dias depois; § 1º O Estado do Tocantins limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios [...]”

68 Texto de 30/06/88: “Art. 61. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo-sexto dia [...]; § 1º O Estado do Tocantins, integrando a região Norte, limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios [...]”

dedicaram-se à questão no período da Assembleia Constituinte, e, mesmo após a promulgação do novo texto constitucional, não se divulgaram declarações ou iniciativas no sentido de avaliar ou questionar a alteração legalmente efetivada.

No entanto, o ponto central do questionamento que aqui se apresenta não está no processo em si, mas em seus resultados. O novo desenho das Grandes Regiões – alterado por artifício ou casualidade – prejudicou a unidade conceitual da trama e, principalmente, sua operacionalidade.

Um novo Norte

A faixa norte do território brasileiro – atuais regiões Nordeste e Norte, apresenta taxas demográficas extremas. As altas densidades da porção oriental do Nordeste contrastam fortemente com a rarefação da Amazônia, onde, por sinal, está a maior concentração de Unidades de Conservação do país, como sintetiza a Figura 3.

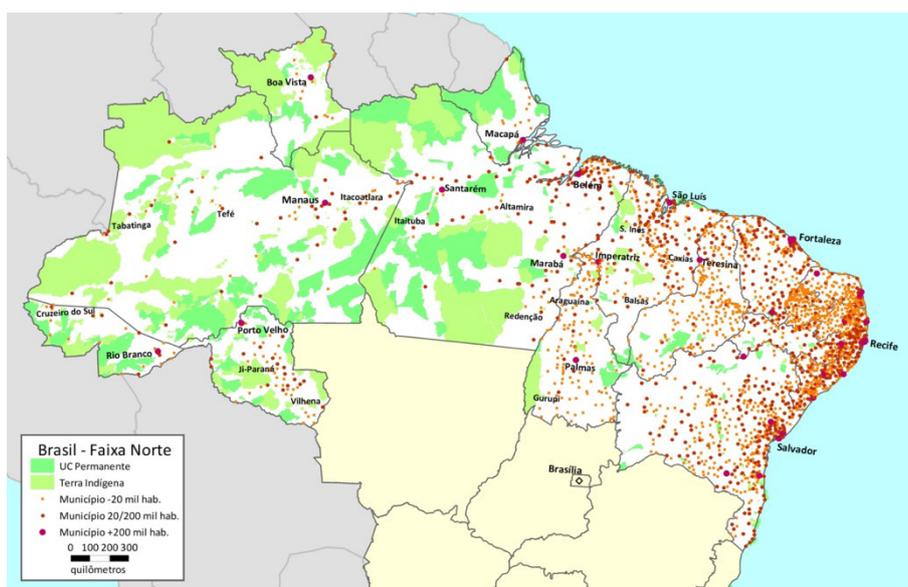


Figura 3 – Sedes municipais e Unidades de Conservação na Faixa Norte do Brasil.

Fonte: www.ibge.gov.br/geociencias

Também do ponto de vista ambiental, é notório o contraste entre o semiárido nordestino e a alta umidade do clima amazônico. Da mesma forma, a pouca pluviosidade nordestina se associa a uma rede hidrográfica com baixos índices de vazão, onde muitos leitos são intermitentes, enquanto a Amazônia é drenada por gigantes fluviais na mais volumosa bacia hidrográfica do planeta.

Historicamente, a faixa Norte do Brasil compreende etapas diversas de ocupação do espaço. Local do primeiro contato de Portugal com as novas terras, o Nordeste

recebeu também a primeira sede administrativa (Salvador), e, na mesma faixa litorânea floresceu a lavoura da cana-de-açúcar, o primeiro grande ciclo econômico da Colônia. Avançando pelo litoral em demanda da foz do Amazonas, e por este subindo, Portugal assegurou a posse da maior parte da região amazônica ao longo dos primeiros séculos da colonização. Já as porções mais interiores, em grande parte ainda não foram plenamente incorporadas à economia nacional (Figura 4).

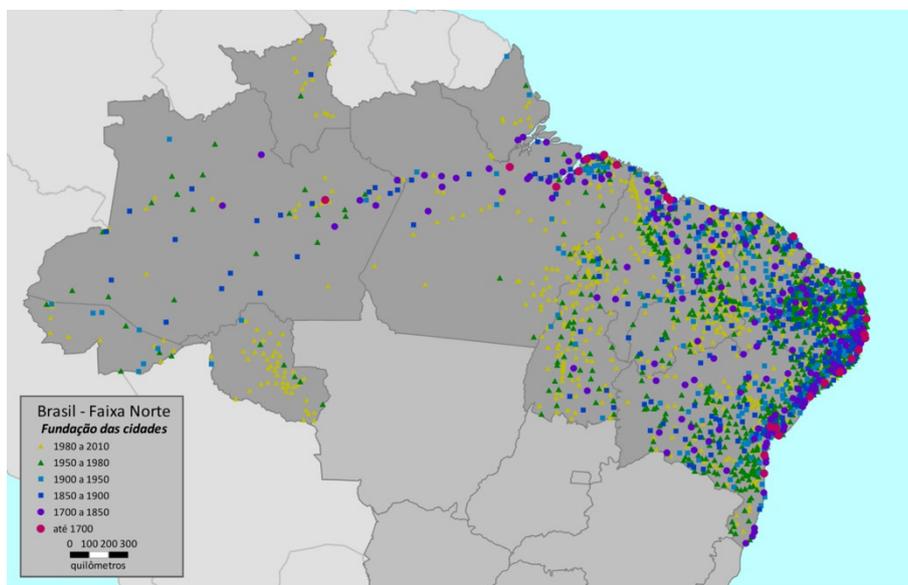


Figura 4 – Sedes municipais da faixa Norte do Brasil agrupadas pelo ano de fundação.

Observe que o atual Tocantins e as porções contíguas do Maranhão e Pará adensaram-se apenas na segunda metade do Século XX. Fonte: bases cartográficas IBGE versão CEM.



Figura 5 – Articulação Urbana (IBGE) – regiões ampliadas e polos na Faixa Norte do Brasil.

Fonte: bases cartográficas IBGE versão CEM; IBGE: Divisão Urbano-Regional 2013.

Como indicado na Figura 5, a rede urbana do Tocantins e áreas contíguas do Maranhão e Pará organiza-se em torno de cinco polos: Palmas e Araguaína, no Tocantins, Imperatriz e Balsas, no Maranhão e Marabá e Redenção, no Pará. Esses polos, de nível intermediário na hierarquia urbana brasileira, estão, respectivamente, nas regiões de influência de Goiânia, Fortaleza e Belém, centros de primeira ordem (IBGE 2013). Essa hierarquia, contudo, tende a alterar-se na próxima década, porque o desenvolvimento que ali se mostra (ferrovias, hidrelétrica, agronegócio) deve traduzir-se em incremento demográfico e reforço na atividade comercial e de serviços locais.

A presença de Goiânia deve manter-se, por sua força comercial e pelos antigos laços políticos do atual Tocantins; mas a nova capital, Palmas, consolidará suas funções, principalmente nos serviços governamentais. Fortaleza, cuja influência comercial se estendia por toda a Amazônia, hoje compete em condições de maior igualdade com Manaus e Belém. E a distância rodoviária de Imperatriz a Belém (595 km), assim como a Palmas ou São Luís (630 km), é bem menor do que até Fortaleza (1239 km). Some-se a estes fatos a perspectiva de criação da nova Região Norte – como aqui proposto – e temos um quadro francamente favorável às previsíveis alterações nas conexões urbanas desta parte do país, entre as quais o fortalecimento do polo São Luís, e, principalmente, um reforço na centralidade regional de Belém.

Estudos como este, porém, tendem a gerar resultados diferenciados, por conta das diferentes metodologias utilizadas, especialmente no peso que se dá a cada item selecionado para a pesquisa, como se vê nos exemplos da Figura 6.

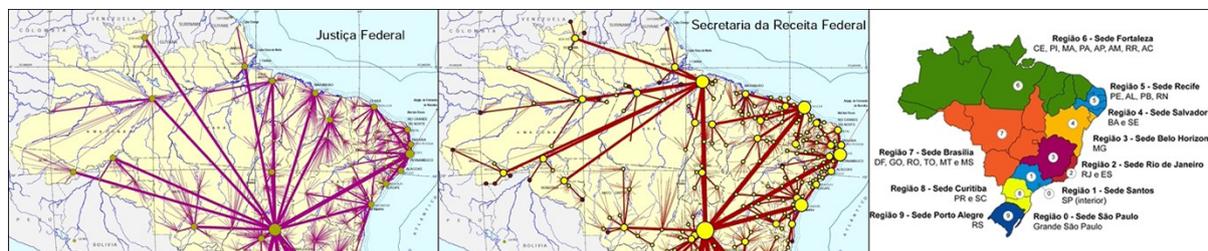


Figura 6 – Hierarquia urbana de serviços federais: Justiça, Fazenda e Correios.

Fonte: Gestão do Território, IBGE, 2014 e Estrutura do CEP, ECT.

As tramas hierárquicas da Justiça Federal e da Receita Federal diferem significativamente; observar, como bons exemplos, Belém e Fortaleza. A capital cearense, por sinal, centraliza o serviço postal brasileiro de oito estados da Faixa Norte (em verde no mapa da direita), mas não tem a mesma força no sistema de televisão (adiante na Figura 8).

Outro estudo de hierarquia urbana – conduzido pelo Núcleo de Economia Regional do CEDEPLAR/UFMG no início dos anos 2000 – mostra diferentes resultados para o Norte do país, como se pode ver na Figura 7. Imperatriz, por exemplo, o grande

polo regional do Sul do Maranhão, nos estudos do IBGE desde 2007 aparece como “pertencente” a Fortaleza, enquanto na cartografia CEDEPLAR faz parte da região polarizada por Belém, assim como quase todo o território maranhense. Esta mesma cartografia aloca o Estado de Rondônia na área de influência de Goiânia/Brasília, enquanto a pesquisa IBGE de 2007 indica dupla pertinência – a Brasília e a São Paulo. Na pesquisa de 2014, o IBGE reconhece um novo polo de primeira ordem – Porto Velho, ao qual se subordinam Rondônia e Acre, além de municípios adjacentes de Mato Grosso e do Amazonas. (IBGE, 2007)

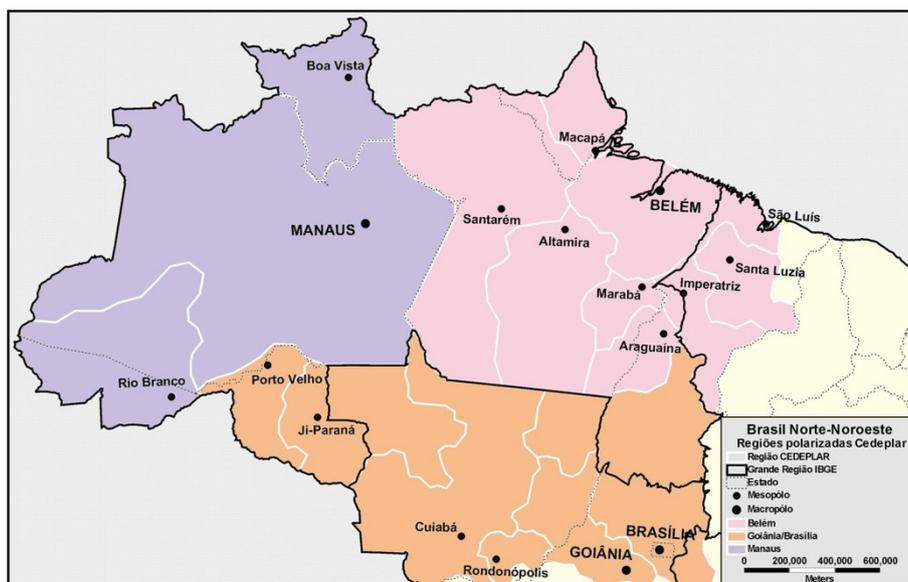


Figura 7 – Centro-Norte do Brasil - regiões de polarização urbana CEDEPLAR

Fonte: IBGE versão Centro de Estudos da Metrópole; LEMOS et alii - CEDEPLAR/UFMG, 2003.

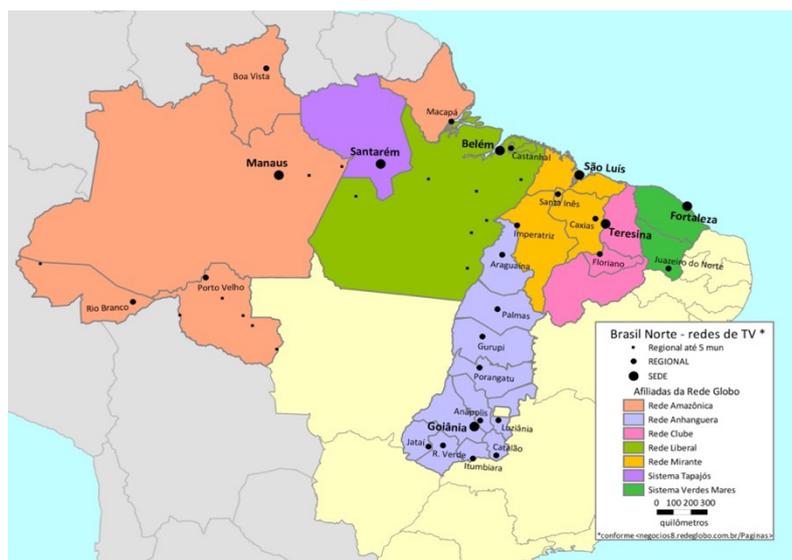


Figura 8: Faixa Norte do Brasil - regionalização das redes de televisão (Globo) em 2018.

Fonte: IBGE versão CEM; Negócios Globo, 2018.

As redes regionais das grandes emissoras de televisão do país, por sua vez, revelam outros contornos territoriais para a influência dos grandes polos, como se pode ver na Figura 8, na qual se observa maior equilíbrio territorial na influência dos polos regionais, se comparado aos estudos de hierarquia urbana aqui apresentados.

Tocantins, repartido em três regionais da rede Anhanguera, mantém-se sob a órbita de Goiânia, onde está a sede da emissora. O Maranhão ganha independência com a sede da Rede Mirante em São Luís, e importante fatia do estado na área da regional Imperatriz. Belém sedia a rede Liberal, que cobre todo o estado à exceção do entorno de Santarém, e refluí o alcance de Fortaleza: a rede Verdes Mares cobre apenas o Ceará. Ressalta-se a área de cobertura da Rede Amazônica, mostrando a força do polo Manaus. Sediada na capital amazonense, abrange todo o território da aqui proposta Região Noroeste – Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, avançando com uma regional no Amapá, estado tradicionalmente ligado a Belém.

O quesito televisão, por sinal, exemplifica a disputa que popularmente se conhece entre os dois grandes polos amazônicos. Belém é o núcleo mais antigo, de fundação e de desenvolvimento. O próprio estado do Amazonas, é interessante lembrar, emancipou-se da então Província do Grão-Pará. Manaus teve um expressivo surto de crescimento no final do Século XIX, com a coleta e exportação de látex – o famoso teatro Amazonas é um marco desse período. Passado o ciclo da borracha, a cidade arrefeceu. Em 1950, a população municipal de Belém era quase o dobro da manauara (255 / 140 mil), mas na projeção para 2019, não chega a 70%. Esta inversão deu-se, principalmente, pela instalação da Zona Franca, mecanismo legal de estímulo econômico instituído no final dos anos 1960 cujo principal resultado é o Parque Industrial de Manaus.

Se a Região Metropolitana de Belém foi instituída em 1973, juntamente com os demais grandes aglomerados do país, a de Manaus foi criada em 2007. Sua exacerbada dimensão territorial⁶⁹, contudo, assim como a ausência de conurbações em seus contornos territoriais, levanta dúvidas sobre a efetividade de sua instituição. O geógrafo Marcos Castro de Lima reconhece que a Região Metropolitana de Manaus não se trata de região metropolitana típica, que sua instituição jurídica se deu em condições especiais, como a “pressa em aprovar a Lei Complementar 052/2007” e a pretensão de “dar à metrópole amazonense uma posição que lhe faltava frente à sua congênere paraense Belém”. No entanto, enfatiza a condição metropolitana de Manaus como grande polo político, econômico e cultural da Amazônia Ocidental.

Além da dicotomia Belém-Manaus, a porção amazônica brasileira – contida quase completamente nos perímetros da atual Região Norte, estrutura-se em torno de grandes elementos que se dispõem em densidades e sentidos opostos. Em sua maior parte, predomina a notável rede hidrográfica, cujo eixo – o Amazonas-Solimões, tem o sentido geral Oeste-Leste. No extremo oriental – estados do Pará, Tocantins e Maranhão, é nítido o sentido geral Sul-Norte, como se resume na Figura 9.

69 Área de 128 mil km², equivalente a Pernambuco e Alagoas somados.

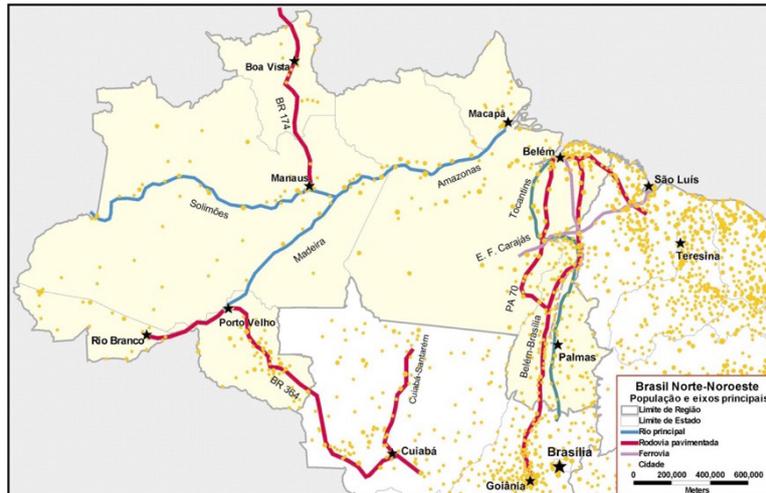


Figura 9 - Porção amazônica brasileira – grandes elementos estruturantes.

O rio Tocantins corre no sentido Sul-Norte, assim como os grandes eixos rodoviários Belém-Brasília e PA 70 e as novas ferrovias Carajás e Norte-Sul. Fonte: bases cartográficas IBGE versão CEM.



Figura 10 – A crescente expansão ferroviária no Brasil Centro-Norte.

Fonte: www.valec.gov.br; 2019.

O mapa da Figura 10 resume a nova malha ferroviária que se implanta no Brasil. Iniciada com a Estrada de Ferro Carajás (EFC), da Companhia Vale do Rio Doce, esta nova realidade do transporte no Brasil Centro-Norte estende-se, entre obras e projetos, para o Sul, para o Leste e para o Oeste. A EFC opera, com seus trens gigantes (chegam a mais de 300 vagões), o transporte de minérios, grãos e combustíveis, entre Parauapebas (PA) e São Luís (MA), totalizando cerca de 900 km. Recentemente foi duplicada no trecho Açailândia-São Luís, o que permite maior capacidade de transbordo para cargas provenientes da Ferrovia Norte-Sul. Foi inaugurada em 1985, e pode ser considerada, isoladamente, uma das marcas do núcleo regional PA-MA-TO. Essa marca se reforça com o transporte de passageiros, disponibilizado diariamente com

alternância de ida e volta, em toda a extensão da linha.

Em Açailândia (MA) iniciaram-se, em 1985, as obras da Ferrovia Norte-Sul, com previsão de conectar-se à malha ferroviária do Sudeste em Anápolis (GO). Ao longo das obras o projeto incorporou alterações, como a previsão de mais 480 km até Barcarena (PA) e a extensão Sul até Rio Grande (RS). Atualmente estão concluídos 2.200 km – de Açailândia até Estrela d’Oeste (SP), a maior parte em operação.

Outras conexões estão previstas para a FNS: a ligação com Mato Grosso e Rondônia, com a malha nordestina (no Piauí) e com a FIOI (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), cruzando a Bahia até o novo porto de Ilhéus. Desta, o trecho Barreiras-Ilhéus encontra-se em obras.

Ao mesmo tempo, observa-se o avanço do agronegócio pelas terras de Tocantins, Maranhão, Sul do Piauí e Oeste da Bahia. A produção intensiva de soja e algodão, acompanhada de novos contingentes demográficos vindos principalmente dos estados do Sul, e políticas governamentais de incentivo, somam-se aos eventos que têm proporcionado rápidas mudanças na Geografia da região Centro-Norte do Brasil. A nova trama ferroviária do Brasil Centro-Norte implica em novas logísticas operacionais, realçando a importância de terminais portuários como Vila do Conde (em Barcarena, PA) ou Itaqui (em São Luís).

Outro fator indicativo dessa nova dinâmica regional pode ser a denominação MATOPIBA, que se popularizou para identificar as porções do Cerrado recentemente inseridas na grande produção nacional de grãos. Este conceito regional iniciou-se com a ocupação do extremo Oeste baiano, nas décadas de 1980/90, a qual expandiu-se para o Sul do Piauí e do Maranhão, assim como para o Tocantins. O Decreto Federal 8447/2015 “dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba – PDA-Matopiba”, como se pode conferir em apresentações da Embrapa Territorial disponibilizadas em seu portal. Nele pode ser baixado o mapa o mapa à esquerda na Figura 12.

As duas sílabas iniciais de MATOPIBA colocam lado a lado os Estados do Maranhão e Tocantins (MATO...) – por sinal, as maiores extensões deste novo polígono legal, em consonância a outros aspectos já expostos da forte conexão geográfica existente entre ambos. Piauí e Bahia (...PIBA), contudo, são da Região Nordeste, e nela permanecem, como se sugere neste texto.

Se no presente surgem novas conexões econômicas ou culturais, outros liames identitários permanecem. O Maranhão foi uma das capitânicas hereditárias no início da colonização do Brasil (Século XVI), da qual se constituiu a do Grão-Pará, durante o governo espanhol. Nesse mesmo período, em 1621, dividiu-se a Colônia em dois Estados: Brasil, com capital em Salvador, e Maranhão, com capital em São Luís. Um século depois, criou-se a Capitania do Piauí (1718), desmembrada da Capitania do Maranhão, e em 1751 São Luís cedeu para Belém o posto de capital do Estado, o qual passou então a chamar-se Estado do Grão-Pará e Maranhão. O passado colonial conecta o Maranhão aos atuais Estados do Pará e do Piauí. Diferentemente, foi bem menor o vínculo destes com Pernambuco ou Bahia, inclusive pelo fato de que São Luís, e depois Belém, reportavam-se diretamente a Lisboa, e não a Salvador.

Os primeiros estudos de regionalização do país, já no Século XX, mantiveram Piauí e Maranhão destacados do atual Nordeste, compondo a região *Meio-Norte* ou *Nordeste Ocidental*. Essas denominações foram utilizadas por cerca de vinte anos na cartografia do IBGE, perdendo a força quando se oficializou a atual macrorregionalização, a partir do Censo 1970. Desde então, o Nordeste passa a estender-se do Maranhão até a Bahia.

O termo Meio-Norte, porém, resistiu e ainda é utilizado, tanto no Maranhão como no Piauí. No setor agropecuário, tem utilização corrente, certamente reforçada pela presença da unidade local da Embrapa, sediada em Teresina. Denominada *Meio Norte*, tem forte presença entre pesquisadores, técnicos e produtores rurais, como se pode ver na reprodução de *sites* diversos na Figura 11.

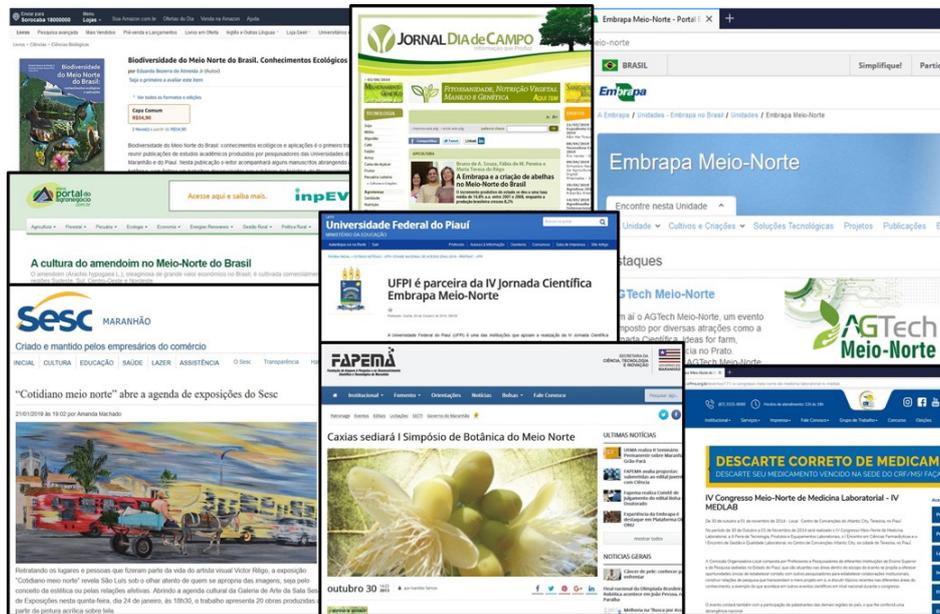


Figura 11: O Maranhão e sua identidade ‘nortista’: Meio-Norte cultural

Em portais diversos sediados no Piauí e no Maranhão lê-se “Meio-Norte”: publicações, eventos agrícolas, unidade Embrapa, exposição de arte, eventos acadêmicos e médicos. Fonte: montagem do próprio autor.

No setor acadêmico, o Meio Norte faz parte da clássica divisão do Nordeste em quatro faixas de sentido geral Norte-Sul. A Zona da Mata e o Agreste são estreitas, acompanhando o litoral ocidental, seguidas do Sertão e do Meio-Norte, como se vê na Figura 12.

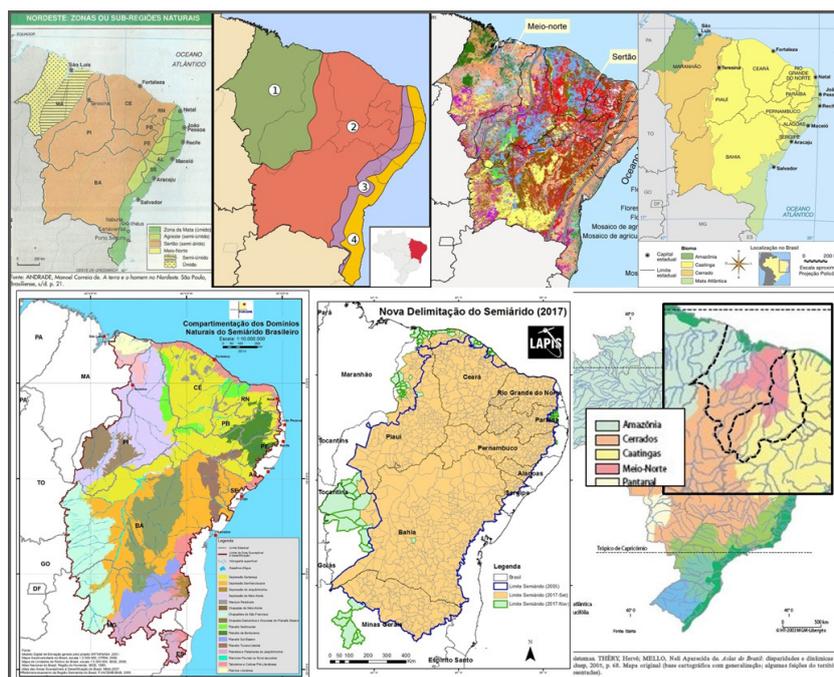


Figura 12 – O Maranhão e sua identidade ‘nortista’: Meio-Norte ambiental

Fonte: diversas fontes e montagem do próprio autor.

Os limites entre Zona da Mata e Agreste são mais ou menos consensuais. O limite ocidental do Sertão, porém, oscila ao longo do leito do Parnaíba. Há uma associação entre o Sertão e o clima semiárido, enquanto a Mata dos Cocais ora é chamada de Meio-Norte Semiúmido, ora de Meio-Norte e outras vezes nem é considerada.

Prevalece, contudo, importante diferenciação entre Piauí e Maranhão em termos ambientais. O Cerrado e a Mata dos Cocais (ou Meio-Norte) ocorrem em ambos; contudo, o Sertão (ou clima semiárido, ou Caatinga) só ocorre no Piauí, enquanto o bioma Amazônia só ocorre no Maranhão. Assim, é pertinente a cisão do Meio-Norte, ficando o Maranhão na proposta Região Norte e mantendo-se o Piauí na Região Nordeste. A conexão econômica e cultural do Piauí com seus vizinhos nordestinos – todos com vasta extensão de Sertão, seria mais forte do que a ligação com o Maranhão dada pelo conceito Meio-Norte. O clima geral mais úmido no Maranhão também seria preponderante na diferenciação ante a aridez característica do clima piauiense.

Lembrando que o espaço geográfico é um contínuo; quaisquer delimitações sempre seccionam elementos, práticas ou fluxos. Cabem, muitas vezes, escolhas sobre a opção menos incidente, como é o caso do Meio-Norte; sua cisão é a opção que garante a integridade dos aqui propostos Nordeste e Norte.

Em 2011, um plebiscito foi realizado no Estado do Pará, como parte do processo de emancipação que visava criar duas novas unidades da federação a partir de sua fragmentação territorial: Tapajós, com as terras da porção Oeste, e capital em Santa-

rém, e Carajás, com as terras de Sudeste, e a capital em Marabá. Durante o processo *eleitoral*, reforçaram-se as diferenças culturais entre as três partes, especialmente em Carajás. Esta região corresponde à porção paraense de ocupação mais recente, para onde afluíram, em maioria, brasileiros de outros estados. O escoamento de minério da grande jazida de Carajás utiliza o Porto de Itaqui, em São Luís, através da EFC, ferrovia que pode ser considerada a concretude da forte conexão que se dá na junção Pará-Maranhão-Tocantins.

Da mesma forma que a criação do Tocantins organizou a esparsa percepção territorial do antigo Norte Goiano, consolidando a identidade tocaninense, a percepção identitária que se engendrou no Baixo Amazonas (Tapajós) e Sudeste Paraense (Carajás) – a ponto de embasar projetos de emancipação – soma argumentos em favor de ajustes no quadro macrorregional do país. Tanto quanto a geoeconomia, o aspecto cultural também se altera, demandando ajustes na conformação regional.

Diversidade ambiental, trajetórias diversas de ocupação do espaço, novas atividades e conexões econômicas, diferentes identidades: os limites das Macrorregiões do IBGE estendem-se buscando capturar essas grandes unidades geográficas ou regionais do vasto território brasileiro. E esses mesmos aspectos, em seu evoluir, requerem periódicas avaliações, sem o que os contornos ou as unidades regionais estabelecidas, em quaisquer escalas, podem defasar-se.

Ainda sobre a dinâmica territorial, este trecho de Milton Santos dá uma boa medida:

cada uma dessas idades do espaço geográfico mantém heranças materiais da fase anterior e acrescenta inovações. A fisionomia do território, nas duas diversas feições, é tanto um vestígio do passado como um retrato do presente. Novos nexos dinâmicos se incorporam e se generalizam, levando à construção de uma nova unidade, fundada na maior fluidez do espaço geográfico, alterando os significados do que antes era ou parecia imóvel (Santos, in IBGE, 2000, p.13).

Não se pretende, pelo formato da publicação, um levantamento mais extenso do quadro geográfico de toda a faixa Norte do Brasil, mas sim destacar elementos de maior peso na composição e caracterização macrorregional. Se a divisão atual separa os dois *mundos* da faixa Norte de país – o nordestino e o amazônico, os mapas e considerações apresentados procuram demonstrar que o contato entre essas duas grandes unidades regionais não se restringe a uma linha limítrofe, e sim a uma vasta e cada vez mais significativa interface. Nesta interface pode alocar-se uma nova unidade regional.

Uma nova divisão

Além das considerações gerais sobre o espaço geoeconômico brasileiro em sua

porção exatamente Norte (estados do Pará, Maranhão e Tocantins), um olhar sobre o desenho macrorregional atual revela outros aspectos importantes para o questionamento que aqui se expõe. A começar pela extensão física das unidades. Mesmo um observador leigo pode perceber que “a Região Norte é muito grande”. De fato, estende-se por 3,8 milhões de km², mais que o dobro do Centro-Oeste ou do Nordeste, e corresponde a 45% do território nacional.

Suas distâncias máximas (em linha reta) chegam a três mil quilômetros; entre as capitais estaduais, de Palmas a Boa Vista são 2 mil e entre Rio Branco e Belém passam de 2,3 mil quilômetros. Nas demais regiões, no Centro-Oeste nenhuma distância entre as capitais chega a mil quilômetros, que é a máxima do Nordeste, de Teresina a Salvador. A exceção fica com São Luís, que está a 1,3 mil quilômetros da capital baiana.

Também se percebe, mesmo num mapa sintético, que a forma territorial da atual Região Norte é atípica: o estado do Tocantins assemelha-se a um apêndice. Tem fronteiras com apenas um dos estados nortistas, o Pará. E este limite, de 730 km, equivale a 18% do seu contorno perimétrico, condição que aponta para evidente ineficácia do recorte regional.

A população, sem dúvida, é outro quesito importante na comparação de tramas regionais. Aqui, porém, há uma condição praticamente incontornável: a superlativa demografia paulista. Tendo mais que o dobro dos habitantes do segundo colocado (Minas Gerais), São Paulo, em qualquer arranjo regional, resultará em desequilíbrio demográfico. Esse equilíbrio somente seria conseguido destacando-se São Paulo numa região própria; esta solução, porém, rompe com a lógica da regionalização.

O número de subunidades territoriais que compõem uma dada unidade regional também pode indicar a equidade existente entre essas unidades. Na atual divisão do Brasil em Macrorregiões, o Nordeste apresenta-se em clara desconformidade: seus nove Estados correspondem a exatamente um terço dos estados brasileiros. O Norte, contudo, tem números semelhantes: 7 estados ou 26%. Somados, Norte e Nordeste totalizam mais da metade das Unidades da Federação, 59%. Traduzindo esses valores em bancadas legislativas federais, percebe-se o poder político altamente concentrado em apenas duas das cinco macrorregiões brasileiras.

A proposta aqui sugerida, portanto, além de reparar a descaracterização causada pelo dispositivo constitucional (criação do Tocantins e sua transferência do Centro-Oeste), permite reconhecer a inegável regionalidade que se consolida na interface Norte-Nordeste, reforçando-a. Além disso, ajusta o conceito geográfico e regional *Amazônia*, estabelecendo uma unidade efetivamente amazônica (Noroeste) e duas contendo a interface com o Cerrado (Centro-Oeste e Norte), reequilibra as distâncias internas das regiões e também a distribuição regional do poder legislativo.

Sintetiza-se em apenas dois passos: 1 - transferir o Maranhão do Nordeste para o Norte e 2 - criar a Região Noroeste com Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima. As demais regiões – Sudeste, Sul e Centro-Oeste, permanecem com a configuração atual. O resultado está na Figura 13.

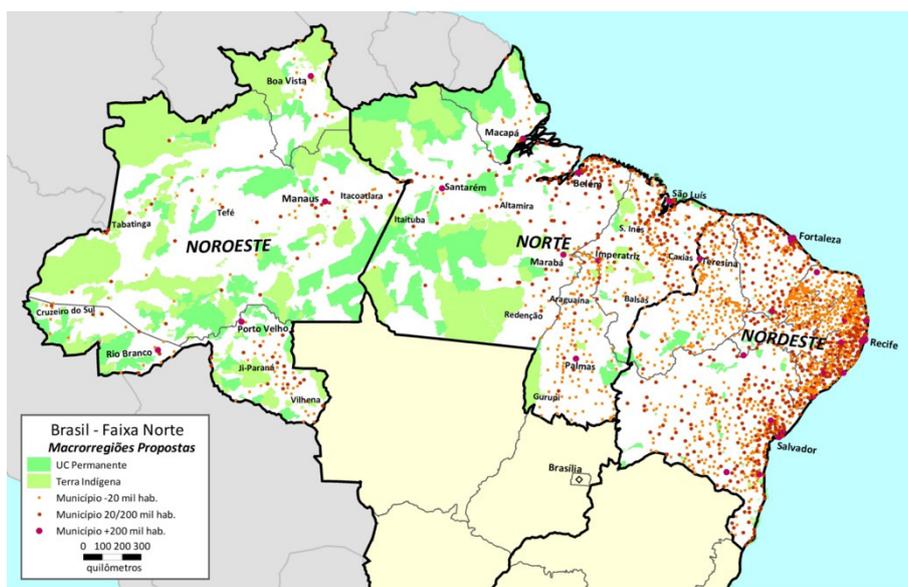


Figura 13 – Faixa Norte do Brasil e macroregiões propostas.

Neste arranjo, a interface entre o Nordeste o Noroeste ganha contornos regionais e assume, apropriadamente, a denominação Norte. Fonte: do próprio autor a partir de bases cartográficas IBGE versão CEM e outras baixadas diretamente do portal www.ibge.gov.br/geociencias.

Na nova macroregião Noroeste, Rondônia assume a segunda posição, enquanto Manaus efetiva-se como polo de primeira grandeza, fazendo jus ao título de Capital da Amazônia. Belém passa a centralizar um novo recorte territorial com maior volume demográfico e econômico e o Maranhão deixa a quarta posição no Nordeste para assumir o segundo lugar na nova macroregião Norte. Tocantins, que antes da emancipação era o distante sertão goiano, deixa também de ser um apêndice para assumir posição central na região.

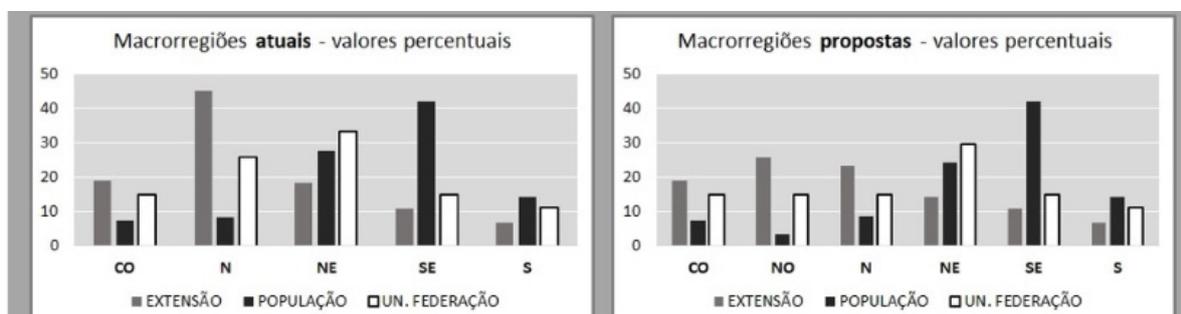


Figura 14 – Área, população e número de UF das macroregiões atuais e propostas.

Observe que, no gráfico da direita – proposta aqui defendida - as colunas ajustam-se todas abaixo dos 30% percentuais, com exceção da população do Sudeste. Fonte: do próprio autor.

A Figura 14 confirma o acerto do arranjo macrorregional proposto. O melhor alinhamento das colunas de valores percentuais indica um avanço no equilíbrio dimensional das unidades, condição que favorece o uso da estrutura regional como ferramental de planejamento e gestão, de obtenção de dados e compreensão da realidade, de percepção identitária e exercício da cidadania ou mesmo de sistemas representativos⁷⁰.

Conclusões

É importante destacar, por fim, que o presente artigo não questiona a validade da atual divisão macrorregional do país. Ao contrário, considera-a fundamental para a Geografia, para a gestão pública, para a cidadania, enfim, para toda a sociedade brasileira. Contudo, demonstra que sua operacionalidade se prejudicou fortemente em 1988, quando a porção setentrional de Goiás, então transformada em novo estado – Tocantins – deixou de pertencer ao Centro-Oeste para juntar-se à Grande Região Norte.

Em decorrência, propusemos em 2007 o retorno ao arranjo de 1970 – transferindo o Tocantins para o Centro-Oeste, ou, aproveitando-se da ruptura ocorrida, que se transfira o Maranhão do Nordeste para o Norte, criando-se, simultaneamente, uma nova região – Noroeste, composta pelos estados mais ocidentais da atual região Norte. Treze anos depois, a análise dos grandes elementos geográficos componentes da porção espacial em que se justapõem Pará, Maranhão e Tocantins revela o maior acerto desta segunda proposta. Acerto no sentido de adequar a divisão macrorregional aos grandes fluxos do território nacional, ao quadro natural, aos processos históricos de ocupação e padrões culturais.

A coincidência com os limites estaduais assegura à divisão em Macrorregiões grandes vantagens como ferramental de gestão pública, seja no planejamento, na prestação de serviços, na distribuição de verbas, ou mesmo nos sistemas representativos. Além dessas características, e pela força que adquirem na consolidação das grandes identidades subnacionais, as Grandes Regiões são tidas como oficiais, por serem do IBGE.

Contudo, a instituição das atuais macrorregiões não se restringiu ao âmbito do IBGE. Foram legalmente estabelecidas pelo Decreto 67.647, de 23/11/1970, três anos após o IBGE (autárquico) ser extinto e substituído pela Fundação IBGE. Como bem explica o advogado e geógrafo Luiz Ugeda em *Direito Administrativo Geográfico*, neste novo formato institucional cabe à Fundação tratar de sistema estatístico, não mais de sistema geográfico. Em outras palavras, mantém-se o “notório saber, mas sem neces-

70 A versão publicada na revista CONFINS apresenta, a título de exemplo, um conjunto de 7 pares de mapas: bacias hidrográficas de primeira ordem, grandes biomas, biomas legais, distribuição da população, articulação urbana IBGE (ampliada e intermediária) e comandos militares de área – superpostos pelos contornos da divisão macrorregional atual e pela divisão proposta.

sariamente ter caráter de oficialidade”. (Ugeda, 2017, p. 229).

Confirmando esta nova condição, no Capítulo I do estatuto da Fundação IBGE (relativo à natureza, sede e finalidade) a palavra *informações* aparece seis vezes, quatro das quais seguida de *geográficas*. A palavra geografia aparece apenas no nome da instituição e nenhuma vez é citada a palavra *região* (IBGE, 2003). No entanto, textos referentes à missão institucional do IBGE, aqui inseridos, extraídos de publicação impressa de 1997 (“elaborar divisões regionais do território brasileiro”), parecem contrapor-se a esta nova condição, que, aliás, já passa de cinquenta anos.

Retomando a vasta pesquisa e os urgentes apontamentos de Ugeda, lê-se que “a Geografia de Estado perdeu por completo seu sentido de unicidade; [...] sua atual diáspora axiológica e instrumental desestimula a coesão interna ao não legitimar um órgão para exercer a função de maestro” e que, “com a legislação atual, o país não tem sido eficaz em promover o planejamento de políticas públicas com base em informação oficial geoespacial” (Ugeda, 2017, p.295-296)

Por outro lado, há uma clara percepção, por parte da sociedade, do IBGE como *governo*. Suas ações de pesquisa, entre as quais os censos demográficos e agrícolas, sua tradição na delimitação regional, nos estudos e análises dos dados coletados, tudo induz à sua oficialidade. Parece coerente tratar de Geografia e de estatística simultaneamente, como seu nome sugere, e, se o IBGE, do ponto de vista jurídico *não é mais o mesmo*, como bem esclarece Ugeda, temos um fato para o qual poucos parecem ter-se dado conta.

De todo modo, temos um problema de ordem geográfica, que este texto explicita e procura solucionar. O país cresceu demograficamente, com rebatimento direto na ocupação do espaço, especialmente na faixa Oeste da porção mais adensada ao longo do Atlântico. A *roupagem* da configuração territorial das Grandes Regiões já não cabe no país de 2020. Desenhada em 1970 (e desfigurada em 1988), a trama não contempla Rondônia povoada, Manaus metrópole, tampouco Tocantins, Maranhão e Pará das grandes ferrovias, do agronegócio e novas identidades, fatos inexistentes no ano dos “noventa milhões em ação”.⁷¹

Os arranjos regionais estão na essência da geografia. Do mesmo modo, as tramas territoriais requerem conhecimentos geográficos. Seu reconhecimento, sua mais adequada delimitação e denominação, nas diversas instâncias escalares, é uma das contribuições do profissional do espaço. Caberia ao IBGE, pela tradição científica e histórico de oficialidade, a produção e manutenção⁷² dessas tramas, assim como a definição de normas ou padrões territoriais para subsidiar a instância estadual.

Se há um vácuo de competências, como sugere o exposto acima, como resolver a questão central deste texto? A quem compete a *manutenção* das Grandes Regiões? Existe outro órgão de âmbito federal com *geografia* no nome? Estas indagações le-

71 Frase inicial da composição de Miguel Gustavo que se tornou a música oficial Seleção brasileira de futebol na Copa do México.

72 “A progressiva modificação quanto a essas questões [sociais e políticas] e seus rebatimentos espaciais tornam *necessária a revisão periódica* dos diversos modelos adotados pelo IBGE para a definição dos espaços regionais”. [grifo nosso] (IBGE, 1997, p.1-40)

vam a outras abordagens. Mas são pertinentes ao tema e importantes no propósito aqui implícito de chamar a atenção da sociedade, convidar técnicos, acadêmicos, servidores e parlamentares para o necessário debate e contribuições.

Aproxima-se o XIII Censo Demográfico, excelente oportunidade para a adoção de alterações territoriais. Reforça-se, também por este quesito, a pertinência desta abordagem, assim como sua atualidade.



Figura 15 – Síntese da proposta de ajuste na divisão Macrorregional IBGE.

Fonte: do próprio autor.

Noroeste (RO, AC, AM, RR) – exclusivamente amazônico, tem a maior extensão de fronteiras; a densidade agrícola e demográfica de Rondônia contrasta com o grande número de Unidades de Conservação e Terras Indígenas; a preservação ambiental é o grande desafio da região; o grande polo urbano e industrial é Manaus, seguido de Porto Velho. [nova unidade, pelo seccionamento do Norte]

Norte (PA, AP, TO, MA) – densas áreas de ocupação antiga no litoral contrastam com grandes extensões preservadas do bioma amazônico; na interface com o Cerrado, ocupações mais recentes têm médias densidades, com importante pecuária e o crescente agronegócio; destacam-se a mineração e o modo ferroviário, a nova marca da região; o grande polo é Belém, seguido de São Luís e Palmas. [agrega o Maranhão e cede Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia para o Noroeste]

Nordeste (PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA) - centralizou a economia e o poder no início da formação do Brasil; com expressiva marca cultural, exhibe os indicadores mais

desafiadores, somando a segunda população do país e o maior número de estados; na porção interior, o Sertão, predomina o clima semiárido; os grandes polos urbanos - Recife, Fortaleza e Salvador, estão no litoral, onde se consolida o turismo. [cede Maranhão para o Norte]

Sudeste (MG, ES, RJ, SP) – a grande centralidade econômica do país, com o maior e mais diversificado contingente demográfico; reúne o mais completo parque industrial, produzindo também energia e minérios, entre os quais petróleo, e importante agropecuária; ensino, pesquisa e produção cultural também se destacam na região, onde estão as metrópoles nacionais São Paulo e Rio de Janeiro; o terceiro polo regional é Belo Horizonte. [sem alteração]

Sul (PR, SC, RS) – a menor das macrorregiões tem forte tradição agrícola e industrial, é grande produtora de alimentos e energia e apresenta bons indicadores sociais; impactada fortemente com a imigração europeia do Século XIX, o Sul é a região mais conectada aos vizinhos do Mercosul; forte no turismo, seus grandes polos urbanos são Porto Alegre e Curitiba. [sem alteração]

Centro-Oeste (MS, MT, GO, DF) – sob predomínio do Cerrado, faz interface deste com a Amazônia, e contém integralmente o bioma Pantanal; com grande extensão de fronteiras, detém os maiores números do agronegócio nacional, entre produção de carne e grãos; os maiores polos urbanos são Goiânia e Brasília - a capital da federação e marco do Brasil 'moderno', seguidas de Cuiabá.

Referências

ANDRADE, M. C. Nordeste: Zonas ou Sub-regiões Naturais (mapa). In: **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

Carvalho, M. S. B. S. et alii, **Compartimentação dos Domínios Naturais do Semiárido Brasileiro (mapa)**. Anais XVII SBSR, João Pessoa, Brasil, 2015.

CAVALCANTE, M. E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo: Edusp, 2004.

CAZZOLATO, J. D. O embate paraense e a agenda territorial. In: FONSECA, A. A. M. et al., **Estado, Território e dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios**. Salvador, BA, 2013.

CONGRESSO NACIONAL **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**. Brasília, 1988 (edições entre maio e agosto de 1988) disponível em www2.camara.gov.br/publicações

CORRÊA, R. L. Logística do espaço brasileiro: as redes geográficas. In: **IBGE Atlas nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000

FIGUEIREDO, A. H. Configuração política do espaço brasileiro. In: **IBGE Atlas nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000

GARCIA, A. L., LEMOS, M. B., CARVALHO, J. A. M. C. **A evolução das áreas de influência demográfica e econômico-demográfica dos pólos econômicos brasileiros entre 1980, 1991 e 2000.** Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2003.

EMBRAPA **Áreas Urbanas no Brasil em 2015**, disponível em <http://geoinfo.cnpm.embrapa.br>

EMBRAPA **Projeto Matopiba**, disponível em www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba

IBGE **Anuário estatístico do Brasil 1996.** Rio de Janeiro: IBGE, 1997

IBGE **Atlas nacional do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000

IBGE **Estimativas 2019**, disponível em www.ibge.gov.br

IBGE **Gestão do Território 2014**, disponível em www.ibge.gov.br

IBGE **Regiões de Articulação Urbana 2013**, disponível em www.ibge.gov.br

IBGE **Regiões de Influência das Cidades 2007**, disponível em www.ibge.gov.br

LAPIS/UFAL *Nova Delimitação do Semi-árido – 2017 (mapa).* In: **Disponível a nova delimitação do Semiárido Brasileiro; veja o que muda.** www.mundogeo.com 29/11/2017

LIMA, M. C. A geografia como produção das dimensões política, jurídica e ideológica: imbricação triádica estrutural da Região Metropolitana de Manaus. **Confins [Online]**, 43, 2019.

LEMOS, M. B., DINIZ, C. C., GUERRA, L. P., MORO, S. **A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.

MIRANDA, M. C. Apostando na Parceria. In: **Revista Cidades do Brasil**, edição 43, 2003 Disponível em www.cidadesdobrasil.com.br Acesso em 20/12/06

REBOITA M. S. et all. Uso e ocupação do solo (mapa). In: **Causas da semi-aridez do Sertão Nordestino.** Revista Brasileira de Climatologia, Ano 12, Vol. 19, 2016.

SANTOS, M. A dinâmica territorial brasileira, hoje. In: **IBGE Atlas nacional do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Théry, H. e Mello N. A. Brasil Ecossistemas (mapa). In: **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território.** São Paulo, Edusp, 2005.

UGEDA, L. **Direito Administrativo Geográfico - Fundamentos na Geografia e na Cartografia oficial do Brasil.** Brasília: Geodireito, 2017.

Constituição Federal de 1988

Decreto Nº 67.647, de 23 de novembro de 1970

Decreto Nº 3.213, de 19 de outubro de 1999

Decreto Nº 4.740, DE 13 de Junho de 2003 (Estatuto IBGE, 2003)

Páginas consultadas:

<https://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas>; acesso em dezembro/2018

www.ada.gov.br/histórico; acesso em 28/12/06

www.amazon.com.br; acesso em junho/2019

www.amazonia.org.br/guia; acesso em 28/12/06

www.brainly.com.br (mapa *Nordeste Bioma*); acesso em julho/2019

www.brasil.gov.br; acesso em 21/12/06

www.correios.com.br; Serviços/Busca CEP/Estrutura CEP; acesso em março/2020

www.crfms.org.br; acesso em junho/2019

www.culturahoje.com.br /turismo/tocantins 27/12/06

www.diadecampo.com.br; acesso em julho/2019

www.fapema.br; acesso em julho/2019

www.ibge.gov.br/geociências/geografia; acesso em 27/12/06

www.ma.gov.br/estado/geografia; acesso em 21/12/06

www.ogirassol.com.br/Edicoes especiais/14 anos; acesso em 03/01/07

www.ogirassol.com.br/Especial/Ferrovia Norte-Sul; acesso em 03/01/07

www.ogirassol.com.br/Tocantins; acesso em 20/12/06

www.stf.gov.br/Legislação (www.planalto.gov.br); acesso em 26/12/06

www.to.gov.br/tocantins/historia; acesso em 20/12/06

www.icmbio.gov.br/251-regiao-do-salgado-paraense; acesso em junho/2019

www.mma.gov.br/estruturas/205/_arquivos; acesso em junho/2019

www.mundogeo.com.br; acesso em julho/2019

www.politize.com.br/exercito-brasileiro-estrutura-e-funcoes; acesso em agosto/2019

www.portaldoagronegocio.com.br; acesso em julho/2019

www.portodoitaqui.ma.gov.br; acesso em julho/2019

www.sescma.com.br; acesso em junho/2019

www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi; acesso em julho/2019

www.vale.com/brasil/carajas-railway; acesso em junho/2019

www.valec.gov.br; acesso em junho/2019

www.wikipedia.org; acesso em janeiro/2007 e junho-julho/2019

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.